



Supremo Tribunal Federal

URGENTE

Ofício eletrônico nº 10208/2021

Brasília, 14 de julho de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal - CPI da Pandemia

Medida Cautelar no Habeas Corpus n. 204485

PACTE.(S) : AMILTON GOMES DE PAULA
IMPTE.(S) : JOSE OTAVIO DE QUEIROGA VANDERLEY (23750/PE, 769-A/RN)
COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO
SENADO FEDERAL - CPI DA PANDEMIA

(Recursos Criminais e Habeas Corpus)

Senhor Presidente,

De ordem, comunico-lhe os termos do(a) despacho/decisão proferido(a) nos autos em epígrafe, cuja reprodução segue anexa.

Ademais, solicito-lhe as informações requeridas no referido ato decisório.

Acompanha este expediente cópia da petição inicial do processo em referência.

Informo que os canais oficiais do Supremo Tribunal Federal para recebimento de informações são: malote digital, fax (61- 3217-7921/7922) e Correios (Protocolo Judicial do Supremo Tribunal Federal, Praça dos Três Poderes s/n, Brasília/DF, CEP 70175-900).

Apresento testemunho de consideração e apreço.

Marcelo Pereira de Souza Júnior
Secretário Judiciário Substituto
Documento assinado digitalmente

Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Impetrante: JOSÉ OTÁVIO DE QUEIROGA VANDERLEY

Paciente: AMILTON GOMES DE PAULA

Autoridade Coatora: SENADOR OMAR AZIZ, PRESIDENTE CPI DA PANDEMIA

JOSÉ OTÁVIO DE QUEIROGA VANDERLEY, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o número 023750-PE, RG: 1.868.630 SSP/PE, CPF: 390.272.954-68, com escritório SHN, Quadra 01, Bloco D, Edifício Fusion Work, Sala 1710, Brasília-Distrito Federal, CEP: 70.701-000, com fundamento no artigo 5º, inciso LXVIII da Constituição Federal e artigo 647 e seguintes do Código de Processo Penal e artigo 7º da Convenção Americana de Direitos Humanos-PACTO DE SAN JOSE DA COSTA RICA, aprovado pelo Governo Brasileiro através do Decreto Legislativo 678/92, bem como nos termos do artigo 5º, §2º da Constituição Federal IMPETRAR A PRESENTE ORDEM DE:

“HABEAS CORPUS” com Pedido Liminar

Em favor de **AMILTON GOMES DE PAULA**, brasileiro, casado, empresário, RG: 1.349.974 SSP/DF, CPF: 504.054.202-10, posto que poderá sofrer constrangimento ilegal por parte do Excelentíssimo Senhor Senador OMAZ AZIZ, Presidente CPI da Pandemia, tendo em vista antecedentes de ameaças de Decretação de Prisão a Testemunhas, além da própria Decretação de Prisão a testemunha Roberto Ferreira Dias, no dia 07 de julho de 2021, quando prestava depoimento, decretação essa com falta de fundamentação jurídica, exposição fática e de direitos a seguir expostos:

I – DOS FATOS

No dia 13 de abril de 2021, o Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, fez a leitura do requerimento que determina a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid-19 (CPI da Pandemia), tendo como objeto inicialmente à investigação de supostas ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento à pandemia, com ênfase àquelas relacionadas à crise sanitária em Manaus/AM, englobando também, através de peticionamento do Senador Eduardo Girão, a apuração dos repasses da União a Estados e Municípios para ações de prevenção e combate ao vírus.

Os trabalhos dessa referida CPI da Pandemia foram iniciados em 04 de maio do corrente ano, onde a respectiva Comissão já tomou depoimentos de diversas autoridades, entre elas os ex-Ministros de Estado da Saúde Luiz Henrique Mandetta, Nelson Luiz Sperle Teich, Eduardo Pazuello, bem como o atual Ministro da Saúde Marcelo Queiroga, por duas vezes, além de vários funcionários e ex funcionários do Ministério da Saúde, além de médicos e especialistas em vacinação e pandemia.

No caso em tela, o Paciente AMILTON GOMES DE PAULA foi notificado a prestar depoimento perante a CPI da Pandemia através do Ofício nº 1848/2021 – CPIPANDEMIA no dia 08 de julho de 2021, nos seguintes termos: “Diante disso, com fundamento no art. 58, §3º, da Constituição Federal, c/c art. 2º da Lei nº 1.579/1952, e art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, **convoco** V.Sra. para comparecer pessoalmente perante este Colegiado, nos termos dos referenciados no requerimento aprovado, no **dia 14 de julho de 2021, às 09h00, no Plenário nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, no Anexo II, do Senado Federal**, com vistas a prestar os esclarecimentos necessários a esta Comissão.” (Ofício de convocação em anexo)

O requerimento a que se refere tal ofício é de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, Vice-Presidente da CPI da Pandemia(requerimento em anexo), onde em sua justificação traz referências a reportagem veiculada no dia 03 de julho de 2021, pelo Jornal Nacional, da TV Globo, que teve acesso a troca de e-mails.

Segundo contido no requerimento o Paciente Amilton, “que é presidente da Secretaria Nacional de Assuntos Humanitários (Senah) deveria negociar as doses com a empresa Davati Medical Supply. “Lista de presença e carta de proposta para fornecimento” foi o título do e-mail enviado por Laurício Cruz, que é diretor do Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde no dia 23 de fevereiro.”

Ainda consta no requerimento que “a mensagem começa agradecendo Amilton por representar o governo nas negociações: “inicialmente agradecemos a disponibilidade da Senah, representada por sua pessoa (...) Na apresentação da proposta comercial para fornecimento de 400 milhões de doses da vacina AstraZenica”. Ele finaliza dizendo que “todos os processos de aquisição de vacinas no âmbito do Ministério da Saúde estão sendo direcionados pela Secretaria executiva.”

Segundo o requerimento do Senador Randolfe Rodrigues o Paciente teria postado no dia 4 de março fotos em uma rede social de uma reunião no Ministério da Saúde, onde o Sr Laurício Cruz estaria em uma dessas fotos. Na referida postagem, segundo o Senador o Paciente teria escrito “ Senah faz reunião no Ministério para

articulação mundial em busca de vacinas e para a consecução de uma grande quantidade dos imunizantes a ser disponibilizada no Brasil”.

Cinco dias depois da referida publicação, Cruz teria enviado um e-mail endereçado a Herman Cardenas, Presidente da Davati nos Estados Unidos nos seguintes termos: “Informo que o Instituto Nacional de Assuntos Humanitários, representado pelo seu presidente Amilton Gomes, esteve no Ministério da Saúde em agenda oficial da Secretaria de Vigilância em Saúde e no Departamento de Logística com a discussão sobre as tratativas sobre a vacina da ‘AstraZenica’ e que o mesmo foi encaminhado para a Secretaria Executiva do Ministério da Saúde”.

Chama-nos atenção que em seu requerimento o Senador Randolfe Rodrigues faz sua própria interpretação do contido no e-mail, vejamos: “Neste e-mail, o diretor do Ministério da Saúde reforça que a Senah tinha o aval para negociar a compra de vacinas com a Davati: “por fim, esperamos que os avanços de forma humanitária entre o Ministério e ‘AstraZenica’ pelo Instituto Nacional de Assuntos Humanitários”.

É importante observar, por ser oportuno, que todo o embasamento do requerimento do Senador Randolfe Rodrigues é baseado na reportagem exibida no Jornal Nacional “ Ainda de acordo com a reportagem exibida, em 10 de março, Amilton enviou e-mail para o presidente da Davati nos Estados Unidos nos termos “ Eu cordialmente venho agradecer pela confiança depositada em nossa instituição em conduzir negociações com o Ministério da Saúde do Brasil. As negociações estão em estágio final e a expectativa é que o contrato seja assinado em 12 de março de 2021”.

Segundo o requerimento, o reverendo Amilton solicitou a certificação que atesta se determinado produto está em conformidade com as normas e regulamentações, o “SGS”: “nós pedimos para que enviem os dados para preencher o contrato de aquisição das vacinas (...) e que seja fornecido o s-g-s para ser enviado ao ministro quando ele requisitar.”

Também consta no aludido requerimento, que Lauricio Monteiro Cruz foi nomeado para o cargo no Ministério da Saúde pelo ex-ministro Eduardo Pazuello em agosto de 2020.

Para finalizar, tudo com base na reportagem do Jornal Nacional, Rede Globo, o valor das vacinas seria de US\$ 17,50, três vezes mais do que o Ministério da Saúde pagou em janeiro a um laboratório indiano. Segundo a reportagem o valor também é bem maior do que o mencionado pelo policial militar Luiz Paulo Domingueti, que se identifica como intermediário entre a Davati e o Ministério da Saúde na mesma negociação de 400 milhões de doses, segundo o Senador Raldolfe Rodrigues o Sr

Dominguetti informado na semana passada a própria CPI que o valor da vacina era de US\$ 3,50 .

Portanto, o justo receio de sofrer constrangimentos pode ser corroborado pela ocorrência no dia 12 de maio de 2021, durante o depoimento da testemunha Fabio Wajngartem onde os senadores discutiram a prisão, em intervalo da reunião, a possibilidade de prendê-lo por supostas mentiras mesmo sob juramento.

Nessa mencionada audiência, o depoente Fabio Wajngartem não respondeu a perguntas e foi ameaçado de prisão, quando o ex-secretário de Comunicação do Governo contradisse falas dadas à Revista Veja para a CPI da Pandemia e irritou os senadores, que suspeitaram que ele podia estar mentindo, e esse levantaram a possibilidade de prisão do ex-secretário. Todos esses fatos podem ser comprovados no link <https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/senadores-discutiram-prisao-de-wahbgarten-em-intervalo-da-cpi.html> .

Na semana passada se confirmou O JUSTO RECEIO DE SOFRER CONSTRANGIMENTOS, a vontade de prender da CPI da Pandemia se materializou, durante o final da sua oitiva do Sr. Roberto Dias, ex-diretor de Logística do Ministério da Saúde, o Presidente da CPI, senador OMAR AZIZ determinou a prisão sob a acusação de que ele teria mentido em seu depoimento, prisão essa considerada sem fundamentação legal plausível, e foi de conhecimento de todos, pela ampla cobertura da mídia escrita e televisada.

O que terminou confirmando a postura da CPI da Pandemia quando do depoimento da testemunha Roberto Dias, havendo um nítido constrangimento ilegal, o que se busca neste remédio jurídico evitar que o Paciente AMILTON GOMES DE PAULA venha sofrer.

O Supremo Tribunal Federal em outras oportunidades, considerou suficiente a plausibilidade das afirmações constantes em reportagens para fins de concessão de ordem em sede de habeas corpus, conforme se verifica exemplificativamente no HC 88.703-MG, de Relatoria do Ministro Cezar Peluso, no sentido de a testemunha poder invocar a garantia de não produzir prova contra si mesmo, caso semelhante a hipótese do caso em tela, vejamos:

Não obstante a possível dúvida a respeito do teor da convocação do paciente, se lhe formaliza ou não a condição de investigado, pode-se inferir que é esta a condição que lhe advém das notícias veiculadas pela imprensa. (...) Nesse sentido, HC n. 86.232-MC, rel. Min. Ellen Gracie. Além disso, não menos aturada e firma a jurisprudência deste Tribunal no

sentido de que a garantia constitucional contra autoincriminação se estende a todas as pessoas sujeitas aos poderes instrutórios das Comissões Parlamentares de Inquérito, assim aos indiciados mesmos, ou, recte, evlvidos, investigados, ou suspeitos, com às que ostentem a só qualidade de testemunhas, ex vi do art. 406, I, do Código de Processo Civil, c.c. art. 3º, do Código de Processo Penal e art. 6º, da Lei n. 1.579, de 18 de março de 1952 (HC 88.703-MC, rel. Min. Cezar Peluso).

Note-se que esta impetração do presente writ somente se perfez necessária diante do que restou noticiado e informado pela imprensa, materializada agora pela prisão decretada pelo Presidente da CPI da Pandemia, senador OMAR AZIZ, que prendeu a testemunha Roberto Dias, ao vivo e a cores para todo o Brasil presenciar, o que resplandece o justo receio do Paciente AMILTON GOMES DE PAULA em constrangimento ilegal por ocasião de sua tomada de depoimento, não nos restou outra alternativa senão a presente impetração.

II – DO DIREITO

A impetração da presente medida se justifica em razão dos atos já praticados por membros do Senado Federal estarem sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal, na forma do artigo 102, inciso, alínea i, da Constituição Federal.

O cabimento do habeas corpus tem sede constitucional, artigo 5º, LXVIII, para a defesa do direito fundamental à liberdade de locomoção, diante de ilegalidade ou abuso de poder.

Como vimos, o Paciente AMILTON GOMES DE PAULA possui justo receio de sofrer constrangimentos quando de seu depoimento à CPI da Pandemia, onde está convocado para ser ouvido agora dia 14 de julho de 2021, às 09h00, tendo em vista inclusive a decretação recente pelo Presidente da respectiva CPF, senador OMAR AZIZ, da prisão da testemunha Roberto Dias, fato esse presenciado ao vivo por milhões de espectadores no Brasil, além do mais, foi divulgado pela imprensa que inúmeras testemunhas que prestaram depoimentos nessa CPI foram constantemente ameaçados por senadores denominados G7, inclusive o próprio presidente da CPI da Pandemia, o que reforça o justo receio do Paciente em sofrer constrangimentos, em razão do exercício de direitos fundamentais que são assegurados em AMPLA JURISPRUDÊNCIA DESSE SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, razão pela qual postula seja concedido em seu favor salvo conduto neste habeas corpus preventivo.

Importante salientar, que há indicativos de haver constrangimentos ao Paciente AMILTON GOMES DE PAULA, por parte de algum membro da CPI da Pandemia, no

sentido de buscar uma confissão culpa que seria imprópria e inadequada no Estado Democrático de Direito.

Observe-se que o Pacto Internacional sobre Direito Civis e Políticos, Decreto nº 592/1992, reconhece a toda pessoa o direito de não ser obrigada a depor contra si mesma, nem a confessar-se culpada.

No âmbito da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, Pacto de San Jose da Costa Rica (Decreto nº 678/1992), ao estabelecer como garantia mínima a toda pessoa acusada o direito de não ser obrigada a depor contra a si mesma, nem a confessar-se culpada.

O artigo 5º, LXIII, da Constituição Federal, faz referência ao direito de silêncio da pessoa ao ser presa, tal garantia se estende a todos os suspeitos ou acusados, em todas as situações, seja em qualquer situação processual em que figure.

Não é por outra razão que o Supremo Tribunal Federal tem posicionamento pacífico a respeito de se reconhecer a garantia de não produção de prova contra si mesmo, também aqueles que, embora formalmente convocados como testemunhas em CPIs, possam, de alguma forma, figurar em situação prejudicial ao exercício de seu direito de defesa.

Considerando o justo receio de constrangimentos a serem impingidos ao Paciente AMILTON GOMES DE PAULA, embora tenha sido notificado para prestar depoimento como testemunha, deve ser a ele garantida a prerrogativa constitucional de não produzir prova contra si mesmo, resguardando-se:

- O DIREITO DE RESPONDER AS PERGUNTAS QUE, A SEU JUÍZO, NÃO CONFIGUREM VIOLAÇÃO ÀQUELA PRERROGATIVA;

- EM RAZÃO DO EXERCÍCIO DESSE DIREITO, NÃO VENHA A SOFRER QUALQUER AMEAÇA DE TIPIFICAÇÃO DE CRIME DE FALSO TESTEMUNHO E/OU AMEAÇA DE PRISÃO EM FLAGRANTE POR PARTE DO PRESIDENTE DA CPI.

Também assiste ao Paciente AMILTON GOMES DE PAULA o direito de ser assistido por advogado por ora da sua oitiva na CPI da Pandemia, conforme expressamente estipula a Lei nº 1.579/52, vejamos: “*O depoente poderá fazer-se acompanhar de advogado, ainda que em reunião secreta*” (artigo 3º, §3º), pois trata-se de preservação a prerrogativa da atuação da defesa técnica, que induz as possibilidades previstas no artigo 7º, III, X, XI, XII e XIII, do Estatuto da Advocacia e

OAB, Lei nº 8.906/94, e nesse sentido já foi apreciado pelo Supremo Tribunal Federal por ocasião do julgamento da Medida Cautelar no Habeas Corpus nº 128.390.

Também deve estar garantido, numa eventual insistência por parte dos senadores que compõem a CPI da Pandemia no desrespeito a essas prerrogativas, que inserem no direito de defesa e de vedação à produção de provas contra si mesmo, a possibilidade extrema do Paciente AMILTON GOMES DE PAULA de se retirar da tomada do depoimento, evitando-se, assim, uma situação de constrangimento físico e moral.

A garantia constitucional ao silêncio se coloca como necessária justamente para impedir que se mate o direito de defesa do Paciente, bem como que não haja qualquer possibilidade de constrangimento físico ou moral por parte do Paciente AMILTON GOMES DE PAULA.

Reforçamos que o Supremo Tribunal Federal exerce o controle jurisdicional das CPIs, de modo a se preservar a integridade jurídica dos direitos fundamentais, para tanto a objetividade do depoimento de testemunhas tem como escopo a elucidação de fatos para o deslinde da controvérsia, sendo exigível a firmação de compromisso sobre a veracidade da narrativa fática, não sendo possível a extração de validade objetiva sobre o que depoente possa afirmar sobre suas convicções, opiniões, gostos ou preferências, eis que inseridas no terreno da intimidade e subjetividade da pessoa humana (MIRABETE, Julio Fabrini. Processo Penal. 18 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006, pp.292-293).

III – DA CONCESSÃO DE LIMINAR

A jurisprudência e a doutrina jurídica são unânimes em admitir a possibilidade da concessão de liminar em Habeas Corpus, desde que estejam presentes os pressupostos atinentes a toda e qualquer cautelar – FUMUS BOM IURIS E PERICULUM IN MORA, o que resta configurado no caso em tela.

O entendimento do Supremo Tribunal Federal é pacífico em garantir a qualquer cidadão a prerrogativa do **nemo tenetur se detegere**, sendo despicienda a sua configuração formal na prática de atos processuais, abrangendo, portanto, aqueles que, embora convocados como testemunhas em CPIs, corram o risco de sofrer prejuízo ao prestarem o depoimento, o que resta configurado o **fumus boni iuris** deste presente writ.

Encontra-se presente a probabilidade do direito invocado, considerando o recente histórico das audiências da CPI da Pandemia, onde foi exigido inclusive juízo

de valor ou opiniões pessoais as testemunhas, o que é inviável em sede de prestação de compromisso como testemunha, além do mais as testemunhas que divergem das opiniões dos senadores, são interrogadas sob ameaças de indiciamento, o que comprova que na verdade as testemunhas são investigadas.

É certo, que a testemunha tem por obrigação de cooperar com a verdade dos fatos, mas no caso concreto da CPI da Pandemia, é só observar a justificção do requerimento para perceber que a testemunha não é testemunha e sim investigada pelos fatos lhe atribuídos, não havendo inclusive lógica em exigir o compromisso de testemunhas sobre opiniões ou juízos de valor.

Configura-se o presente periculum in mora, considerando que o depoimento do Paciente foi previamente designado para o dia 14 de julho de 2021, às 09h00, o que, caso não haja a concessão da medida liminar aqui vindicada antes dessa data, conduzirá à inocuidade a prerrogativa constitucional do nemo tenetur se detegere.

IV – DO PEDIDO

Isto Posto, o impetrante REQUER a CONCESSÃO DE MEDIDA LIMINAR para que seja expedido SALVO-CONDUTO em favor do Paciente AMILTON GOMES DE PAULA, de maneira que:

- Seja garantido o direito de se fazer acompanhar de advogado;
- O direito de responder as perguntas que, a seu juízo, não configurem violação aos princípios constitucionais, os garantidos pelos pacto de San Jose da Costa Rica e do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos;
- Seja garantido o direito ao silêncio, no sentido de somente responder perguntas que refiram a fatos objetivos, eximindo o depoente da emissão de juízos de valor ou opiniões pessoais, salvo quando inseparáveis da exposição fática;
- Por ocasião do exercício desses direitos, não possa sofrer qualquer ameaça ou constrangimentos físicos ou morais, como a tipificação de crime de falso testemunho e/ou ameaça de prisão em flagrante, assegurando-se, como medida extrema, a possibilidade de fazer cessar a sua participação no depoimento.

Ao final, REQUER-SE que seja concedida definitivamente a ordem de habeas corpus, confirmando-se a medida liminar vindicada

Termos em que se Pede e Espera Deferimento.

Brasília/DF, 12 de julho de 2021.

JOSÉ OTÁVIO DE QUEIROGA VANDERLEY

ADVOGADO OAB(PE) 023750

IMPETRANTE

MEDIDA CAUTELAR NO HABEAS CORPUS 204.485 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
PACTE.(S) : AMILTON GOMES DE PAULA
IMPTE.(S) : JOSE OTAVIO DE QUEIROGA VANDERLEY
COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO DO SENADO FEDERAL - CPI DA
PANDEMIA

CONSTITUCIONAL. HABEAS CORPUS PREVENTIVO. “CPI DA PANDEMIA”. NEMO TENETUR SE DETEGERE. O DIREITO DE PERMANECER EM SILÊNCIO É CONSTITUCIONALMENTE GARANTIDO AO RÉU OU INDICIADO, NÃO À TESTEMUNHA. DEVER DE COMPARECER, DE DEPOR E DE DIZER A VERDADE QUANTO AOS FATOS EM TESE CRIMINOSOS QUE NÃO INCRIMINEM A PACIENTE. LIMINAR PARCIALMENTE DEFERIDA.

DECISÃO: Trata-se de *habeas corpus* preventivo, com pedido de liminar, impetrado em favor de AMILTON GOMES DE PAULA, também conhecido como Reverendo Amilton, presidente da empresa Secretaria Nacional de Assuntos Humanitários – SENAH, contra ato convocatório da lavra do Presidente da CPI da Pandemia, Senador Omar Aziz, cujo teor é o seguinte (e-doc. 5):

Assunto: Convocação para comparecimento perante a CPI da Pandemia

Senhor Amilton Gomes de Paula,

Faço referência aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos do Senado Federal nos 1371 e 1372, de 2021, para “apurar as ações e omissões do

HC 204485 MC / DF

Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil; as possíveis irregularidades, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à Pandemia da Covid-19”.

Foi aprovado, em 7 de julho, o seguinte requerimento de convocação de V. Sra., anexo ao presente expediente: 1065/2021-CPIPANDEMIA.

Diante disso, com fundamento no art. 58, §3º, da Constituição Federal, c/c art. 2º da Lei nº 1.579/1952, e art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, convoco V. Sra. para comparecer pessoalmente perante este Colegiado, nos termos dos referenciados no requerimento aprovado, no dia 14 de julho de 2021, às 09h00, no Plenário nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, no Anexo II, do Senado Federal, com vistas a prestar os esclarecimentos necessários a esta Comissão.

Segundo a inicial, o único embasamento do requerimento é “reportagem exibida no Jornal Nacional”.

Sustenta que “o Paciente AMILTON GOMES DE PAULA possui justo receio de sofrer constrangimentos quando de seu depoimento à CPI da Pandemia, onde está convocado para ser ouvido agora dia 14 de julho de 2021, às 09h00, tendo em vista inclusive a decretação recente pelo Presidente da respectiva CPF, senador OMAR AZIZ, da prisão da testemunha Roberto Dias”.

Em conclusão, o impetrante pleiteia o seguinte:

- Seja garantido o direito de se fazer acompanhar de advogado;
- O direito de responder as perguntas que, a seu juízo, não configurem violação aos princípios constitucionais, os garantidos pelos pacto de San Jose da Costa Rica e do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos;

HC 204485 MC / DF

- Seja garantido o direito ao silêncio, no sentido de somente responder perguntas que refiram a fatos objetivos, eximindo o depoente da emissão de juízos de valor ou opiniões pessoais, salvo quando inseparáveis da exposição fática;

- Por ocasião do exercício desses direitos, não possa sofrer qualquer ameaça ou constrangimentos físicos ou morais, como a tipificação de crime de falso testemunho e/ou ameaça de prisão em flagrante, assegurando-se, como medida extrema, a possibilidade de fazer cessar a sua participação no depoimento.

É o relatório do necessário. DECIDO.

À luz do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, as comissões parlamentares de inquérito possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciárias.

O Requerimento n. 1065/2021 contém a seguinte justificação para o ato convocatório, *verbis*:

“Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Amilton Gomes de Paula, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

JUSTIFICAÇÃO

O diretor de Imunização do Ministério da Saúde, Laurício Monteiro Cruz, deu autorização para o reverendo Amilton Gomes de Paula negociar 400 milhões de doses da vacina AstraZeneca em nome do governo brasileiro. A revelação foi feita neste sábado (3/7) pelo Jornal Nacional, da TV Globo, que teve acesso a troca de e-mails.

Amilton, que é presidente da Secretaria Nacional de Assuntos Humanitários (Senah) deveria negociar as doses com a empresa Davati Medical Supply. “Lista de presença e carta de proposta para fornecimento” foi o título do e-mail enviado por Laurício Cruz, que é diretor do Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde no dia 23 de

HC 204485 MC / DF

fevereiro.

A mensagem começa agradecendo Amilton por representar o governo nas negociações: "inicialmente agradecemos a disponibilidade da Senah, representada por sua pessoa (...) Na apresentação da proposta comercial para fornecimento de 400 milhões de doses da vacina AstraZeneca". Ele finaliza dizendo que "todos os processos de aquisição de vacinas no âmbito do Ministério da Saúde estão sendo direcionados pela Secretaria Executiva."

No dia 4 de março, o reverendo postou fotos em uma rede social de uma reunião no Ministério da Saúde. Cruz está em uma das fotos. Na postagem, o reverendo escreveu: "Senah faz reunião no ministério para articulação mundial em busca de vacinas e para a consecução de uma grande quantidade dos imunizantes a ser disponibilizada no Brasil".

Cinco dias depois, Cruz envia um e-mail endereçado a Herman Cardenas, presidente da Davati nos Estados Unidos: "Informo que o Instituto Nacional de Assuntos Humanitários, representado pelo seu presidente Amilton Gomes, esteve no Ministério da Saúde em agenda oficial da Secretaria de Vigilância em Saúde e no Departamento de Logística com a discussão sobre as tratativas sobre a vacina da 'AstraZenica' e que o mesmo foi encaminhado para a Secretaria Executiva do Ministério da Saúde".

Neste e-mail, o diretor do Ministério da Saúde reforça que a Senah tinha o aval para negociar a compra de vacinas com a Davati: "por fim, esperamos que os avanços de forma humanitária entre o Ministério e 'AstraZenica' pelo Instituto Nacional de Assuntos Humanitários".

Ainda de acordo com a reportagem exibida, em 10 de março, Amilton enviou e-mail para o presidente da Davati nos Estados Unidos. "Eu cordialmente venho agradecer pela confiança depositada em nossa instituição em conduzir negociações com o Ministério da Saúde do Brasil. As negociações estão em estágio final e a expectativa é que o contrato seja assinado em 12 de março de 2021".

HC 204485 MC / DF

O reverendo solicita a certificação que atesta se determinado produto está em conformidade com as normas e regulamentações, o “SGS”: "nós pedimos para que enviem os dados para preencher o contrato de aquisição das vacinas (...) E que seja fornecido o s-g-s para ser enviado ao ministro quando ele requisitar."

Lauricio Monteiro Cruz foi nomeado para o cargo no Ministério da Saúde pelo ex-ministro Eduardo Pazuello em agosto de 2020. O gestor é médico veterinário e preside o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Distrito Federal (CRMV-DF).

O valor das vacinas negociado nesses e-mails, segundo a reportagem do Jornal Nacional, é de US\$ 17,50, três vezes mais do que o Ministério da Saúde pagou em janeiro a um laboratório indiano.

O valor também é bem maior do que o mencionado pelo policial militar Luiz Paulo Domingueti, que se identifica como intermediário entre a Davati e o Ministério da Saúde na mesma negociação de 400 milhões de doses. Ele informou na semana passada a esta CPI que o valor da vacina vendida era de US\$ 3,50.

Necessário, portanto que a CPI convoque os Senhores Lauricio Monteiro Cruz e Amilton Gomes de Paula para que esclareçam os fatos informados pela reportagem."

Extraí-se do conteúdo do requerimento que a condição em que o paciente será ouvido, de testemunha ou indiciado, não é conhecida de antemão, já que o fito da CPI é, ao que parece, o de descortinar o exato teor das denúncias veiculadas nos sites jornalísticos, tendo em vista a gravidade das acusações.

Sob a ótica jurídica, o ordenamento pátrio impõe a tutela liminar do que se pretende neste *writ*.

O artigo 5º, LXIII, da Constituição Federal garante ao paciente o direito de permanecer em silêncio exclusivamente quanto aos fatos que possam incriminá-lo.

HC 204485 MC / DF

Os precedentes do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, alguns específicos sobre a mesma CPI narrada nestes autos, são uníssonos no sentido da preservação do direito a não autoincriminação pretendido pelo impetrante, na linha de trechos extraídos da decisão exarada no HC 113.548, Min. Celso de Mello, *in verbis*:

Reconheço, *desse modo*, a adequação do meio processual ora utilizado, pois se busca, com o presente "*writ*" constitucional, proteção jurisdicional ao "*status libertatis*" do ora paciente, o que permite afastar *eventual alegação de impropriedade do "habeas corpus"*, eis que, *diversamente do que se decidiu* no HC 75.232/RJ, Rel. p/ o acórdão Min. MAURÍCIO CORRÊA, *não conhecido* por esta Corte (porque, *nele*, se pretendia salvaguardar apenas "*o direito à intimidade*" de determinado paciente, alegadamente lesado por deliberação de Comissão Parlamentar de Inquérito, visa-se, *no caso ora em exame*, tornar efetivo o amparo ao direito de defesa (com projeção no plano processual penal) e à prerrogativa contra a autoincriminação, cujo desrespeito - *ninguém o ignora* - pode gerar consequências prejudiciais à liberdade de locomoção física daquele que sofre investigação por parte de órgãos estatais.

Cabe acentuar, *de outro lado*, examinada a pretensão dos impetrantes na perspectiva da espécie ora em análise, que as Comissões Parlamentares de Inquérito, *à semelhança* do que ocorre *com qualquer outro órgão do Estado ou com qualquer dos demais Poderes da República*, submetem-se, no exercício de suas prerrogativas institucionais, às limitações impostas pela autoridade suprema da Constituição.

Isso significa, *portanto*, que a atuação do Poder Judiciário, quando se registrar alegação de ofensa a direitos e a garantias assegurados pela Constituição da República, longe de configurar situação *de ilegítima interferência* na esfera de outro Poder do Estado, traduz válido exercício de controle jurisdicional destinado a amparar *qualquer pessoa* nas hipóteses de lesão, *atual ou iminente*, a direitos subjetivos reconhecidos pelo ordenamento positivo.

HC 204485 MC / DF

Em uma palavra: uma decisão judicial - *que restaura a integridade da ordem jurídica e que torna efetivos os direitos assegurados pelas leis e pela Constituição da República* - não pode ser considerada *um ato de indevida interferência* na esfera do Poder Legislativo, consoante já o proclamou o Plenário do Supremo Tribunal Federal, em unânime julgamento:

O CONTROLE JURISDICIONAL DE ABUSOS PRATICADOS POR COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO NÃO OFENDE O PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES.

- A essência do postulado da divisão funcional do poder, além de derivar da necessidade de conter os excessos dos órgãos que compõem o aparelho de Estado, representa o princípio conservador das liberdades do cidadão e constitui o meio mais adequado para tornar efetivos e reais os direitos e garantias proclamados pela Constituição.

Esse princípio, que tem assento no art. 2º da Carta Política, não pode constituir nem qualificar-se como um inaceitável manto protetor de comportamentos abusivos e arbitrários, por parte de qualquer agente do Poder Público ou de qualquer instituição estatal.

- O Poder Judiciário, quando intervém para assegurar as franquias constitucionais e para garantir a integridade e a supremacia da Constituição, desempenha, de maneira plenamente legítima, as atribuições que lhe conferiu a própria Carta da República.

O regular exercício da função jurisdicional, por isso mesmo, desde que pautado pelo respeito à Constituição, não transgride o princípio da separação de poderes.

Desse modo, não se revela lícito afirmar, na hipótese de desvios jurídico-constitucionais nas quais incida uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que o exercício da atividade de controle jurisdicional possa traduzir situação de ilegítima interferência na esfera de outro Poder da República.

HC 204485 MC / DF

(RTJ 173/805-810 , 806 , Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Esse entendimento tem sido por mim observado *em diversos julgamentos* que proferi nesta Suprema Corte e nos quais *tenho sempre enfatizado* que a restauração, em sede judicial, de direitos e garantias constitucionais lesados *por uma CPI* não traduz situação configuradora de ofensa ao princípio da divisão funcional do poder, como resulta claro de decisão assim ementada:

(...) O postulado da separação de poderes e a legitimidade constitucional do controle, pelo Judiciário, das funções investigatórias das CPIs, se e quando exercidas de modo abusivo. Doutrina. Precedentes do Supremo Tribunal Federal. (...).

Por outro lado, o art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal assevera que às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe “*solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão*”.

Por sua vez, o art. 206 do CPP dispõe que “*A testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor. Poderão, entretanto, recusar-se a fazê-lo o ascendente ou descendente, o afim em linha reta, o cônjuge, ainda que desquitado, o irmão e o pai, a mãe, ou o filho adotivo do acusado, salvo quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias*”.

Consectariamente, na qualidade de testemunha de fatos em tese criminosos, a depoente tem o **dever de comparecer e de dizer a verdade**, não lhe assistindo, quanto a tais fatos, quer o direito ao silêncio, quer o não comparecimento perante Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nesse sentido, e referindo-se à mesma CPI da Pandemia, cito o HC 203.800/DF, Rel. Min. Rosa Weber, do qual destaco o seguinte trecho: “*Ao contrário das pessoas investigadas, às quais se reconhecem as prerrogativas de ficar em silêncio e até mesmo de deixar de comparecer ao interrogatório (ADPF 395/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, Pleno, DJe 22.5.2019), as testemunhas, via de regra, estão sujeitas à obrigação de comparecer perante o órgão de investigação parlamentar, quando regularmente intimadas, sob pena de serem submetidas à*

HC 204485 MC / DF

condução coercitiva, podendo o comportamento faltoso resultar na aplicação de multa e na condenação por crime de desobediência (Lei 1.579/52, art. 3º, § 1º, c/c CPP, arts. 218 e 219), além de caracterizar delito de falso testemunho o silêncio injustificado manifestado pela testemunha inquirida sobre os fatos indagados pelos membros das CPI's”.

Desse modo, satisfeitos apenas em parte os requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, a concessão parcial da ordem é medida que se impõe.

Antes de concluir o presente *decisum*, esclareço que, nos termos da decisão proferida em sede de embargos de declaração no HC 204.422, o direito contra a autoincriminação tem assento constitucional, instaurando direito subjetivo, a ser exercido por qualquer cidadão, de não produzir prova contra si mesmo. Por óbvio, o primeiro juízo sobre o conteúdo desse direito compete ao seu próprio titular, a quem cabe a avaliação inicial sobre os impactos da produção de determinada informação sobre a sua própria esfera jurídica. Nesse sentido, é o titular do direito quem exterioriza a primeira manifestação de vontade em relação ao exercício da não autoincriminação.

Por outro lado, **nenhum direito fundamental é absoluto, muito menos pode ser exercido para além de suas finalidades constitucionais.** Nesse ponto, às Comissões de Parlamentares de Inquérito, como autoridades investidas de poderes judiciais, recai o poder-dever de analisar, à luz de cada caso concreto, a ocorrência de alegado abuso do exercício do direito de não-incriminação. Se assim entender configurada a hipótese, dispõe a CPI de autoridade para a adoção fundamentada das providências legais cabíveis.

Nos estreitos limites da matéria posta no presente *habeas corpus*, ação constitucional que não comporta revolvimento de matéria fático-probatória, não compete ao Supremo Tribunal Federal se imiscuir no conteúdo do depoimento a ser prestado, muito menos supervisionar previamente o exercício das atribuições jurisdicionais exclusivas da Comissão Parlamentar de Inquérito. Outrossim, compete à CPI fazer cumprir os regramentos legais e regimentais, estabelecendo, para tanto,

HC 204485 MC / DF

as balizas necessárias para que investigados, vítimas e testemunhas possam exercer, nos limites próprios, seus direitos fundamentais, inclusive o direito da não autoincriminação.

Ex positis, e firme nos precedentes desta Corte, **concedo, em parte**, a liminar pretendida, a fim de que, no seu depoimento perante a CPI da Pandemia, e **exclusivamente em relação aos fatos que o incriminem**, o paciente tenha o direito de: (i) fazer-se acompanhar de advogado; (ii) permanecer em silêncio; (iii) não sofrer ameaça ou constrangimento em razão do exercício do direito contra a autoincriminação, excluída possibilidade de ser submetida a qualquer medida privativa de liberdade ou restritiva de direitos em razão do exercício dessas prerrogativas constitucionais.

Por fim, à luz dos fundamentos anteriormente lançados, **indefiro o pedido de não comparecimento ou de retirar-se da sessão, impondo-se, quanto aos demais fatos de que o paciente tenha conhecimento na qualidade de testemunha, o dever de depor e de dizer a verdade, nos termos da legislação processual penal.**

Comunique-se, **com urgência**, à autoridade coatora (Presidente da CPI da Pandemia) o inteiro teor da presente decisão.

Requisitem-se informações.

Em seguida, abra-se vista à Procuradoria-Geral da República.

Publique-se. Cumpra-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

Ministro **LUIZ FUX**

Presidente

Documento assinado digitalmente